

CAPÍTULO I

1. DO ORÇAMENTO

1.1. Orçamento Geral

O Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2001, aprovado pela Lei nº 13.079, de 29.12.00, foi elaborado em conformidade com o disposto no Art. 203, § 3º, da Constituição Estadual, observados os objetivos e prioridades da Administração Pública Estadual, constantes da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2001.

Além da Legislação estadual, o Orçamento foi elaborado obedecendo, também, aos ditames da Legislação federal, destacando-se:

- a Portaria SOF nº 02, de 22.07.1994, Ministério do Planejamento e Orçamento e suas alterações, que atualiza a classificação da despesa quanto a sua natureza.

- a Portaria nº 42, de 14.04.1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e suas alterações, que atualiza a discriminação da despesa por funções.

A Lei Orçamentária para o exercício de 2001 compreende os Orçamentos Fiscal, da Seguridade Social e de Investimentos das Empresas controladas pelo Estado, e discrimina a despesa por unidade orçamentária, especificando os grupos de despesa, a esfera de governo, a modalidade de aplicação e as fontes de recursos.

Na Lei do Orçamento, a Receita Total foi estimada no mesmo valor da Despesa Total, a preços de setembro de 2000, em R\$ 5.149.936.860,36, cabendo aos poderes estaduais os seguintes valores:

PODERES	FONTES		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
Poder Executivo	3.396.195.384,80	1.457.218.331,35	4.853.413.716,15	94,24
Poder Legislativo	91.231.548,18	617.760,00	91.849.308,18	1,78
Poder Judiciário	139.349.720,03	18.530.000,00	157.879.720,03	3,07
Ministério Público	46.794.116,00	0,00	46.794.116,00	0,91
TOTAL	3.673.570.769,01	1.476.366.091,35	5.149.936.860,36	100,00

Fonte: SEPLAN



Balanco Geral 2001

As fontes previstas no Orçamento são constituídas com recursos:

- do tesouro, compreendendo os recursos ordinários (Receita Própria), do Fundo de Participação dos Estados - FPE e da Receita de Contribuições;

- de outras fontes, compreendendo as demais não previstas no item anterior, como operações de crédito, receitas próprias e de convênios.

Os grupos de despesa utilizados estão estruturados conforme demonstrativo a seguir, sendo que, o valor de R\$ 7.039.256,03, referente à Reserva de Contingência está adicionado ao valor de Outras Despesas Correntes - Fonte Tesouro, totalizando R\$ 1.193.366.477,75.

(R\$1,00)

GRUPO	FONTE		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
	TESOURO	OUTRAS FONTES		
Pessoal e Encargos Sociais	1.531.525.683,97	100.810.212,63	1.632.335.896,60	31,70
Juros e Encargos da Dívida	240.646.159,00	270.000,00	240.916.159,00	4,68
Outras Despesas Correntes	1.193.366.477,75	443.986.061,63	1.637.352.539,38	31,79
Investimentos	282.230.407,29	929.779.363,09	1.212.009.770,38	23,53
Inversões Financeiras	203.158.200,00	1.520.454,00	204.678.654,00	3,97
Amortização da Dívida	222.643.841,00	0,00	222.643.841,00	4,32
TOTAL	3.673.570.769,01	1.476.366.091,35	5.149.936.860,36	100,00

Fonte: SEPLAN

Das 28 funções de governo, de acordo com a Portaria nº 42, de 14.04.1999, do Ministério do Orçamento e Gestão, a Lei de Orçamento alocou recursos em 26, cabendo à Função Encargos Especiais a maior parte (19,68%). O tesouro contribui com a parcela mais expressiva, isto é, 71,33%, conforme está demonstrada a seguir:

(R\$1,00)

CODIGO	FUNÇÕES	FONTE		TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
		TESOURO	OUTRAS FONTES		
1	Legislativa	90.978.948,18	617.760,00	91.596.708,18	1,78
2	Judiciária	153.454.215,29	23.393.000,00	176.847.215,29	3,43
3	Essencial a Justiça	46.771.116,00	0,00	46.771.116,00	0,91
4	Administração	273.571.979,08	47.422.425,04	320.994.404,12	6,23
6	Segurança Pública	228.540.304,01	19.093.670,00	247.633.974,01	4,81
8	Assistência Social	62.676.670,22	42.120.336,39	104.797.006,61	2,03
9	Previdência Social	392.068.814,23	1.951.160,50	394.019.974,73	7,65
10	Saúde	252.966.967,87	262.000.630,98	514.967.598,85	10,00
11	Trabalho	130.000,00	24.041.689,00	24.171.689,00	0,47
12	Educação	694.130.155,59	203.622.897,20	897.753.052,79	17,43
13	Cultura	10.865.616,41	8.404.750,00	19.270.366,41	0,37
14	Direitos da Cidadania	7.548.547,45	656.880,00	8.205.427,45	0,16
15	Urbanismo	19.606.990,00	32.008.238,00	51.615.228,00	1,00
16	Habitação	10.591.380,00	26.707.385,69	37.298.765,69	0,72
17	Saneamento	4.442.220,00	307.998.380,00	312.440.600,00	6,07
18	Gestão Ambiental	45.393.840,78	113.999.748,85	159.393.589,63	3,10
19	Ciência e Tecnologia	10.653.835,78	9.638.600,00	20.292.435,78	0,39
20	Agricultura	43.612.773,66	32.438.825,60	76.051.599,26	1,48
21	Organização Agrária	4.127.000,00	13.200.000,00	17.327.000,00	0,34
22	Indústria	217.382.537,00	0,00	217.382.537,00	4,22
23	Comércio e Serviços	8.233.827,05	38.238.939,00	46.472.766,05	0,90
24	Comunicações	10.337.612,00	325.000,00	10.662.612,00	0,21
25	Energia	13.086.000,00	10.924.560,00	24.010.560,00	0,47
26	Transporte	60.619.880,00	254.247.658,54	314.867.538,54	6,11
27	Desporto e Lazer	693.468,64	1.024.500,00	1.717.968,64	0,03
28	Encargos Especiais	1.011.086.069,79	2.289.056,56	1.013.375.126,35	19,68
TOTAL		3.673.570.769,03	1.476.366.091,35	5.149.936.860,38	100,00

Fonte: SEPLAN

O Orçamento inicial para o exercício de 2001 foi aprovado com os valores demonstrados a seguir:

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO INICIAL	PARTICIPAÇÃO %
1- RECEITA TOTAL	5.149.936.860,36	100,00
1.1- DO TESOURO	3.673.570.769,01	71,33
- Receitas Correntes	3.623.521.707,16	70,36
- Receitas de Capital	50.049.061,85	0,97
1.2- DE OUTRAS FONTES	1.476.366.091,35	28,67
- Receitas Correntes	555.512.665,97	10,79
- Receitas de Capital	920.853.425,38	17,88
2- DESPESA TOTAL	5.149.936.860,36	100,00
2.1- DO TESOURO	3.673.570.769,01	71,33
- Despesas Correntes	2.965.538.320,72	57,58
- Despesas de Capital	708.032.448,29	13,75
2.2- DE OUTRAS FONTES	1.476.366.091,35	28,67
- Despesas Correntes	545.066.274,26	10,58
- Despesas de Capital	931.299.817,09	18,08
3- ORÇAMENTO POR TIPO	5.149.936.860,36	100,00
3.1- ORÇAMENTO FISCAL	3.904.163.730,91	75,81
3.2- ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	1.054.053.656,45	20,47
3.3- ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	191.719.473,00	3,72

Fonte: SEPLAN

A Lei Orçamentária destinou a quantia de R\$ 129.327.878,55, recursos do tesouro, para atender a contrapartida de convênios e empréstimos internos e externos.

1.2. Orçamento da Administração Direta

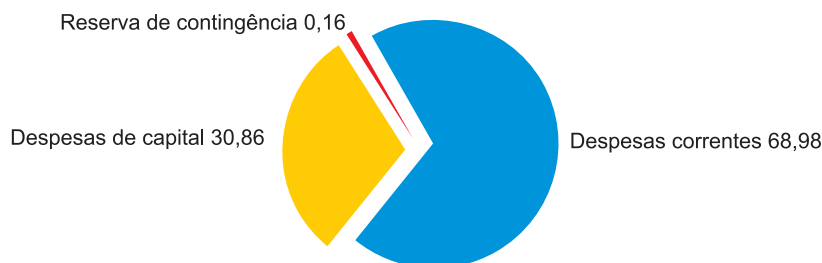
A Administração Direta teve sua Receita Orçamentária inicial estimada no mesmo valor da Despesa Total, em R\$ 4.504.561.100,00, que corresponde a 87,47% do Orçamento Geral do Estado.

A Lei Orçamentária fixou a Despesa por Categoria Econômica e Grupo, conforme os dados a seguir:

(R\$1,00)

CATEGORIA/GRUPO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
DESPESAS CORRENTES	3.107.350.668,69	68,98
- Pessoal e Encargos Sociais	1.531.525.683,97	34,00
- Juros e Encargos da Dívida	240.646.159,00	5,34
- Outras Despesas Correntes	1.335.178.825,72	29,64
DESPESAS DE CAPITAL	1.390.171.175,28	30,86
- Investimentos	964.369.134,28	21,41
- Inversões Financeiras	203.158.200,00	4,51
- Amortização da Dívida	222.643.841,00	4,94
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	7.039.256,03	0,16
TOTAL	4.504.561.100,00	100,00

Fonte: SEPLAN



Nos valores acima estão incluídas todas as fontes da Administração Direta, inclusive aquelas que são repassadas para os Órgãos da Administração Indireta que dependem do Tesouro.

O Orçamento da Administração Direta está distribuído entre 30 Órgãos, compreendendo os três poderes do Estado. Estão adicionados a este Orçamento, os recursos destinados à Reserva de Contingência e aos Encargos Gerais.

Mesmo sendo uma unidade orçamentária pertencente à Secretaria da Fazenda, os Encargos Gerais têm o seu orçamento dela desvinculado. É responsável por 20,13% do Orçamento Geral do Estado, sendo 43,65% para honrar os encargos e a amortização da dívida, 49,43% para atender as transferências constitucionais aos municípios cearenses e 6,92% para despesas com precatórios, taxas bancárias, contribuições sociais, etc.

**ÓRGÃOS COM MAIOR PARCELA DE RECURSOS NO
ORÇAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA**

(R\$1,00)

ESPECIFICAÇÃO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
01- SESA	99.050.000,00	2,20
02- SETUR	99.232.306,05	2,20
03- SRH	110.888.128,89	2,46
04- SETAS	114.964.259,61	2,55
05- SEFAZ	138.620.021,32	3,08
- Encargos Gerais	1.036.511.998,22	23,01
06- TRIBUNAL DE JUSTIÇA	139.349.720,03	3,09
07- SSPDC	231.830.261,00	5,15
08- SEINFRA	301.131.029,92	6,69
09- SEDUC	338.282.961,88	7,51
SUBTOTAL	2.609.860.686,92	57,94
Outros Órgãos	1.894.700.413,08	42,06
TOTAL	4.504.561.100,00	100,00

Fonte: SEPLAN

No decorrer do exercício de 2001, foram feitas algumas alterações no Orçamento inicial da Administração Direta, através da abertura de créditos adicionais, modificando o valor da Despesa, que passou de R\$ 4.420.150.811,90, excluída a Receita de Contribuição, para R\$ 5.443.617.193,09.

A Receita de Contribuição, no valor de R\$ 84.410.288,10, pertence à Administração Indireta. Porém, no orçamento inicial está incluída no orçamento da Administração Direta.

1.3. Orçamento da Administração Indireta

A Lei Orçamentária estimou a Receita da Administração Indireta para o exercício de 2001, em R\$ 645.375.760,36 e fixou sua Despesa em igual valor. Estão excluídas deste montante as fontes provenientes de transferências originadas dos Órgãos da Administração Direta.

As fontes previstas no Orçamento Inicial da Administração Indireta são formadas com recursos diretamente arrecadados, de Operações de Crédito e de Convênios Federais, Municipais, Privados e Internacionais.

No Orçamento inicial estão incluídas 10 autarquias, 9 fundações, 22 fundos, 2 empresas públicas e 8 sociedades de economia mista, cabendo-lhes 12,53% do Orçamento Total do Estado, ficando assim demonstrado:

Balanco Geral 2001

(R\$1,00)

CATEGORIA / GRUPO	VALOR	PARTICIPAÇÃO %
DESPESA CORRENTES	396.214.670,26	61,39
-Pessoal e Encargos Sociais	100.810.212,63	15,62
-Juros e Encargos da Dívida	270.000,00	0,04
-Outras Despesas Correntes	295.134.457,63	45,73
DESPESA DE CAPITAL	249.161.090,10	38,61
-Investimentos	247.640.636,10	38,37
-Inversões Financeiras	1.520.454,00	0,24
TOTAL	645.375.760,36	100,00

Fonte: SEPLAN

Considerando as mudanças ocorridas durante o exercício de 2001, através da abertura de créditos adicionais, o orçamento inicial da Administração Indireta, nas fontes de recursos diretamente arrecadados, Operações de Crédito e Convênios, passou de R\$ 645.375.760,36 para R\$ 824.965.433,98.

Excluídas as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, o orçamento final das Autarquias, Fundações e Fundos, incluídas as fontes de transferências originadas da Administração Direta, somou R\$ 2.632.585.733,48.